

INTRODUÇÃO

É relativamente recente a concepção de mito como algo vivo na sociedade, bem como a apreensão de sua dimensão interpelativa e performativa, que o torna capaz de assumir variadas funções e estar sujeito a múltiplas transformações, no imaginário popular, nas representações literárias e nas práticas culturais. Assentado nas bases da linguística saussureana, o mito passa a ser objeto da semiologia, o que, no entender de Barthes (2007, p. 264), faz da mitologia um campo comum tanto aos estudos semiológicos, como ciência formal, quanto ideológicos, como ciência histórica. Com efeito, se o mundo entra na linguagem através de uma relação dialética, de atividades humanas, sai do mito como “um harmonioso quadro de essências”, em um processo de inversão do real que o esvazia de sua história, naturalizando-o. Nesse sentido, os mitos, segundo o autor, são “falas despolidizadas” que imobilizam o mundo e impedem o homem de se inventar, na medida em que é cotidianamente por eles detido e reenviado ao protótipo imaginado de suas origens.

Contudo, o mito apresenta-se frequentemente como uma narrativa sagrada, realizando a verbalização de dados coletivamente importantes, como uma “carta de fundação de instituições” ou uma “orientação que mostra o caminho neste mundo ou no de além” (Burkert, 1991, p. 18). Como estrutura de sentido, pode ser transmitido sob variadas formas, imagéticas, orais ou escritas, não se limitando a um texto fixo, uma vez que sobrevive às amarras da cultura escrita, inscrevendo-se, de forma secularizada ou cristianizada, nas tradições rurais ou no folclore religioso. Para Eliade (2000, p. 12-13; 22-23), os mitos são sempre “mitos de origem”, pois contam uma história sagrada na qual os acontecimentos tiveram lugar em um tempo primordial, relatando o modo como as coisas passaram a existir.

Os mitos de origem, geralmente, começam suas narrativas com um esboço cosmogônico sobre a criação do mundo, para em seguida concentrar-se sobre a genealogia de uma família real ou uma história tribal. Contudo, o desejo de celebrar e recitar a origem das coisas não se restringe às sociedades tradicionais, encontrando-se na cultura ocidental desde as epopeias e crônicas medievais até a historiografia e o romance dos séculos XIX e XX. Com efeito, após a queda do Império Romano, e especialmente depois das Cruzadas, as primeiras comunidades dinásticas hegemônicas vão criar seus próprios mitos de origem, sejam baseados nos heróis greco-

destino do reino de Portugal na conquista de domínios ultramarinos, mas também a um processo de divinização dos soberanos, algo reforçado pelos adjetivos que acompanham a caracterização da rainha, em cuja imagem se destacam a simplicidade, a abstinência e sobretudo o rigor de suas práticas religiosas, que lastreiam a santidade de sua morte. Assim, a par de sua imagem de esposa e mãe exemplar, emerge o modelo de uma “rainha santa” que influi decisivamente nos destinos políticos de Portugal, pois, além de legitimar a dinastia de Avis, sacralizando-a, consolida a aliança anglo-lusitana (Silva, 1988).

Tal aliança relaciona-se também com o lendário episódio dos Doze de Inglaterra. Trata-se da história de doze damas da Casa de Lencastre que, insultadas por cavaleiros ingleses, pediram ao duque de Lencastre (1340-1399), pai de Filipa, rainha de Portugal, ajuda para defender sua honra. Atendendo a uma solicitação do sogro, D. João I enviou doze de seus melhores homens para Londres, de onde regressaram vitoriosos. A obra de Camões, contudo, não é a fonte original de tal história, pois existem outros textos que fazem referência ao relato, de origem provavelmente oral, que apontam para um documento datado de meados do século XV: *Cavalarías de Alguns Fidalgos Portugueses*, um manuscrito preservado na Biblioteca Municipal do Porto (Apud RILEY, 1988), e *Memorial das Proezas da Sagrada Távola Redonda*, escrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos (c.1515-1585) e datado de 1567. Outros dois relatos baseiam-se em fontes anteriores a Camões: a edição dos *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz (c. 1550-1615), e *Lusíadas de Luís de Camoens Comentados* (1613), de Manuel Correia. Hutchinson (2008) elenca ainda outros textos que fazem referência ao relato, como *Parallelos de Príncipes e Varões Illustres* (1623), de Francisco Soares Toscano; *Los Anales de Flandes* (1624), de Emanuel Sueiro, *Lusíadas de Luís de Camoens Comentados* (1639), de Manuel de Faria e Sousa (1590-1649); *Vida e Acções d'El Rey Dom João I* (1677), de D. Fernando de Meneses (1614-1699), segundo Conde da Ericeira, dentre outros.

Do conjunto desses textos, *Cavalarías de Alguns Fidalgos Portugueses* apresentam a versão mais antiga dos Doze de Inglaterra, acrescentando ao episódio as aventuras de dois dos doze heróis: Álvaro Vaz de Almada (1390-1449), depois conde de Avranches¹, e Álvares Gonçalves, o célebre

¹ Segundo Riley (1988), o conde de Avranches foi herói de Aljubarrota e conhecido por seus feitos militares na Inglaterra, onde foi condecorado com a Ordem da Jarreteira, fundada por Eduardo III em 1348, Álvaro Vaz de Almada serviu de referência principal para a criação do mito fundacional dos Almadás, que atribui à família uma origem inglesa (Riley, 2012).

como assegura, com o auxílio do “engenho” e da “arte” (Camões, 2000, p. 1). É nessa ocasião que são contrapostos aos heróis e deuses da Grécia antiga um “Nuno fero”, isto é, Nuno da Cunha (1487-1539), filho de Tristão da Cunha (c. 1460-c. 1540), que governou de 1529 a 1538, “um Egas”, isto é, Egas Moniz (c. 1080-1146), aio de D. Afonso Henriques (c.1109-1185), e “um Dom Fuas”, referindo-se a D. Fuas Roupinho, figura lendária do século XII². Em tal movimento comparativo, “os Doze de Inglaterra e o seu Magriço” contrapõem-se não aos gregos, mas aos “Doze Pares” da França:

Por estes vos darei um Nuno fero,
Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
A cítara par' eles só cobiço;
Pois polos Doze Pares dar-vos quero
Os Doze de Inglaterra e o seu Magriço;
Dou-vos também aquele ilustre Gama,
Que para si de Eneias toma a fama (Camões, 2000, p. 4).

A partir do Canto IV, as referências aos ingleses relacionam-se com o reinado de D. João I. Aqui, após narrar a proclamação do novo rei, a intervenção de Nuno Álvares (1360-1431) e a vitória imposta aos castelhanos na Batalha de Aljubarrota, o poeta descreve o modo como Deus [“o Padre omnipresente”] interveio nos destinos dos reinos inimigos, dando-lhes, como esposas, “duas Ilustríssimas Inglesas / Gentis, fermosas, ínclitas Princesas” – D. Filipa (1360-1415) ao rei de Portugal, e D. Catarina (1373-1418) a D. Henrique III (1379-1406), o Enfermiço, de Castela. Assim, o enlace matrimonial entre D. João e D. Filipa, decorrente do Tratado de Windsor, adquire uma dimensão sagrada, configurando-se, pois, como um mito de origem (Eliade, 2000), uma vez que simboliza a intervenção divina na refundação do reino de Portugal, pela Casa de Avis, que dará aos “Lusitanos”, para sua defesa e expansão de suas terras, a “Ínclita geração”, de “altos infantes”:

Destas e outras vitórias longamente
Eram os Castelhanos oprimidos,
Quando a paz, desejada já da gente,
Deram os vencedores aos vencidos,

² Fernão Gonçalves Churrichão, o Farroupim, passou à história como D. Fuas Roupinho, um guerreiro nobre português do século XII companheiro de D. Afonso I de Portugal. Seus feitos foram narrados na *Crônica de 1419* (Silva, 2012).

Depois que quis o Padre omnipotente
Dar os Reis inimigos por maridos
As duas ilustríssimas Inglesas,
Gentis, fermosas, ínclitas princesas (Camões, 2000, p. 178).

No Canto VII, em seu elogio ao espírito de cruzada dos portugueses, “poucos quanto fortes”, o poeta exorta os Estados cristãos para que se unam contra os turcos – algo já feito, com menos eloquência, por escritores como Gil Vicente (c. 1465-c.1536), sobretudo em *Exortação da Guerra* (1513-1514), que se configura como uma propaganda das conquistas portuguesas em sua luta contra os infiéis; António Ferreira (1528-1569), em *A Castro* ou *Tragédia muy sentida e Elegante de Dona Inês de Castro* (1587), que exalta os grandes homens e acontecimentos do reino português (Soares, 1996, p. 126-132); e João de Barros (1496-1570), que igualmente celebra a expansão portuguesa na Índia em *Décadas da Ásia* (1552-1615) –, sintetizando, a seu modo, o caráter de alguns povos europeus, metafórica e metonimicamente, o que lhe dá oportunidade para elogiar os ingleses: os alemães são “soberbo gado”; os franceses, “Galo indigno”; os italianos estão submersos “em vícios mil” e o “duro inglês” representa o povo que “nova maneira fez da Cristandade”:

Vede-lo duro Inglês, que se nomeia
Rei da velha e santíssima Cidade,
Que o torpe Ismaelita senhoreia,
(Quem viu honra tão longe da verdade?)
Entre as Boreais neves se recreia,
Nova maneira faz de Cristandade:
Pera os de Cristo tem a espada nua,
Não por tomar a terra que era sua (Camões, 2000, p. 301).

Já no Canto X, o poeta dirige-se ao rei, indicando as possibilidades de novas glórias, para o que o aconselha a basear-se na experiência dos mais sábios ao tomar suas decisões, de modo que os portugueses sejam para sempre respeitados entre os “admirados” reinos da Europa:

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Possam dizer que são pera mandados,
Mais que pera mandar, os Portugueses.
Tomai conselho só de experimentados
Que viram largos anos, largos meses,

De cavaleiro destro ou esforçado;
Mas um só, que Magriço se dizia,
Destarte fala à forte companhia:

Fortíssimos consócios, eu desejo
Há muito já de andar terras estranhas,
Por ver mais águas que as do Douro e Tejo,
Várias gentes, e leis, e várias manhas.
Agora, que aparelho certo vejo,
(Pois que do mundo as cousas são tamanhas)
Quero, se me deixais, ir só por terra,
Porque eu serei convosco em Inglaterra (Camões, 2000, p. 271).

A estrofe seguinte conta o trajeto do Magriço, que, depois de passar por Leão, Castela e França, para em Flandres. Os outros onze, ao chegarem a Londres, são recebidos com festa pelo duque e pelas damas. No dia proposto para o duelo, “num sublime e pubrico teatro”, perante o rei inglês e sua corte, doze cavaleiros ingleses enfrentam onze portugueses, para tristeza da dama que fora dada, à sorte, ao Magriço, que ainda estava ausente. No entanto, ele aparece de última hora, causando “rebuliço” na distinta plateia. A descrição da luta é sucinta – duas estrofes – mas grandiloquente, sendo poupada em seus detalhes pelo próprio poeta, que não pretende “gastar palavras em contar extremos”, restringindo-se a enfatizar a vitória dos portugueses, bem como a queda “da soberba inglesa de seu trono”:

Algum dali tomou perpétuo sono
E fez da vida ao fim breve intervalo;
Correndo algum cavalo vai sem dono
E noutra parte o dono sem cavalo.
Cai a soberba Inglesa de seu trono,
Que dous ou três já fora vão do valo.
Os que de espada vem fazer batalha,
Mais acham já que arnês, escudo e malha (Camões, 2000, p. 274).

Os doze vencedores são depois festejados nos paços do duque, em companhia das damas, que lhes preparam “banquetes mil, cada hora e cada dia”, enquanto eles permanecem na Inglaterra, antes de voltar a Portugal. O Magriço, contudo, “desejoso de ver cousas grandes”, não retornou à “doce e cara terra”, preferindo continuar suas peregrinações cavaleirescas. Assim, deixou-se ficar em Flandres, onde fez um serviço

notável à condessa – provavelmente Margarida III (1350-1405) –, matando “um Francês” em campo. Outro dos doze, segundo o poeta, foi para a Alemanha, onde teve um “fero desafio” com um “Germano enganoso” (Camões, 2000, p. 274-275).

Em tais passagens, que se configuram como representações da Inglaterra, uma vez que consistem numa série de discursos que buscam, não sem alguma distorção, apreender e estruturar o mundo, tornando a sua apropriação possível pelos leitores dos textos e imagens deles resultantes (Chartier, 2002, p. 23-24), a representação torna-se mito, inscrevendo-se na linguagem como “um harmonioso quadro de essências”, que no caso dos “Doze de Inglaterra” são dotadas de atributos positivos, num processo de inversão do real que, ao mesmo tempo em que absolutiza um aspecto único e ignora ou omite seus contrários e contradições, o esvazia de sua história, como explica Barthes (2007, p. 264; 295). Desse modo, a aliança anglo-lusitana, ao refundar simbolicamente o reino português, emerge na épica camoniana como um mito de origem, pois busca representar modelos exemplares de atividades humanas à época muito significativas. É assim que acaba por assumir um caráter redencionista, apresentando-se como a utopia de uma nova era, mas evocando sempre as “As armas e os Barões assinalados”, isto é, as “memórias gloriosas” dos reis portugueses que dilataram a fé e o Império, com o intuito de reconquistar uma Idade de Ouro perdida, para falar como Eliade (2000, p. 12-13).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O mito da origem de Portugal relaciona-se com um momento de união entre as casas dinásticas cristãs contra um inimigo comum: o Outro muçulmano, diante da expansão islâmica iniciada no século VIII, que havia fechado o Estreito de Gibraltar e impedido o tráfico marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico durante quinhentos anos. Foi assim, segundo a historiografia, que alguns Cruzados ingleses haviam chegado ao Porto em 1147, reunindo-se no cemitério da Sé para ouvirem, através do bispo, o apelo de Afonso Henriques (c. 1109-1185) para colaborar na conquista de Lisboa contra os infiéis. Seu discurso teria sido traduzido para várias línguas, como se fosse uma primeira sessão do Parlamento da Europa (Livermore, 1988, p. 11). Tal acordo, que incluía a concessão de privilégios reais aos Cruzados e novas terras para que eles se estabelecessem, teria

marcado o início das relações político-diplomáticas entre os reinos de Portugal e Inglaterra, antecipando os tratados que seriam firmados no século XIV para assegurar a proteção de seus interesses nas disputas comerciais e o auxílio mútuo em tempos conflituosos, como era aquele decorrente da Guerra dos Cem Anos (1337-1422).

Nesse sentido, o mito de Inglaterra inscreve-se no próprio mito de origem do reino lusitano, uma vez que remonta à época da chamada fundação da nacionalidade, quando ocorre o que talvez seja o primeiro momento de emergência de uma consciência europeia no mundo, pois é nesse período que os europeus, tal como se fizeram conceber, confrontam-se com um Outro, seja ele representado pelo mundo eslavo do até então desconhecido Leste europeu – a Europa, conforme os gregos imaginavam, era somente a ponta do imenso continente asiático –, seja pelo inimigo muçulmano, contra quem as Cruzadas tinham sido planejadas e organizadas. Em tal confronto, delineia-se a sua identificação com a Cristandade, que pode ser tida como precursora da ideia de Europa (Franco; Calafate, 2012).

No caso de Portugal, é a busca de distanciamento com relação aos demais reinos da Hispânia que vai caracterizar os primórdios da nacionalidade, a partir de uma política diplomática “europeia”, por assim dizer, que tinha como objetivo garantir sua autonomia e independência perante os frequentes conflitos com os reinos vizinhos. Como salienta Abreu (2012, p. 27), é esse o sentido da vassalagem prestada por D. Afonso Henriques à Santa Sé e às alianças matrimoniais com a nobreza de além-Pirinéus. Assim, é nesse contexto que se inicia a aliança anglo-portuguesa, que remonta portanto aos tempos da Reconquista cristã, quando houve participação de ingleses no cerco de Lisboa, a qual é coroada com a nomeação de um inglês como seu primeiro bispo.

O processo de mitificação da Inglaterra, contudo, configura-se somente depois do Tratado de Windsor, celebrado em 1386, que estabeleceu as condições para o casamento entre D. João I (1357-1433) e D. Filipa de Lencastre (1359-1415). Essa união, como afirmamos, vai suscitar uma série de representações da rainha e de sua origem inglesa, bem como da influência da Inglaterra em Portugal, na arte da guerra, nas letras e nos costumes. Mas a aliança relaciona-se também com o episódio dos Doze de Inglaterra, sacramentado literariamente no Canto IV de *Os Lusíadas* (1572).

Nesse sentido, o relato dos Doze de Inglaterra constitui-se como um elemento-chave no processo de mitificação da Inglaterra em Portugal, na medida em que corporifica um imaginário cavaleiresco de glória e reconhecimento internacional da nova aristocracia portuguesa que se formou na corte da dinastia de Avis. Da mesma forma, relaciona-se também com o ciclo do romance arturiano, pois busca aproximar a harmonia estabelecida com a recém-fundada dinastia de Avis do momento de paz e prosperidade que sucedeu à vitória do rei Artur sobre os barões do seu reino. O caráter histórico atribuído à narrativa deve-se, em grande parte, ao fato de a sua mais antiga versão escrita, *Cavalarías de Alguns Fidalgos Portugueses*, ter sido acrescentada ao final da segunda parte de uma cópia manuscrita de meados do século XVI da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes.

A obra de Camões, nessa perspectiva, consolida literariamente o relato, na medida em que lhe dá uma dimensão épica e grandiloquente, tornando-o uma referência simbólica que funciona, no mais das vezes, como uma reafirmação literária do mito da origem do reino lusitano. Não por acaso, D. João I foi o primeiro rei estrangeiro a tornar-se Cavaleiro da Jarreteira, Ordem fundada pelo rei inglês Eduardo III (1312-1377), pai do duque de Lencastre e avô de Filipa. Tal condecoração parece ter contribuído para a criação da imagem dos ingleses, em Portugal, como paradigmas da cavalaria (Oliveira, 2014, p. 24).

Em *Os Lusíadas*, a mitificação da Inglaterra, nos primórdios de suas relações diplomáticas com Portugal, dá-se positivamente, algo evidenciado pelos adjetivos que são empregados tanto em relação ao reino, como “Lá na grande Inglaterra”, quanto aos ingleses: “ilustríssimas inglesas”; “damas gentis da corte inglesa”; “Duque inglês experimentado”; “soberba inglesa”; “duro inglês”; (Camões, 2000, p. 113; 178; 269; 271; 274; 301). Assim, podemos tomar a obra como referência para delimitar a emergência da anglofilia em Portugal, pois a mitificação positiva da Inglaterra vai se tornar paradigmática para todos aqueles que produzirão qualquer tipo de discurso com relação à aliança inglesa até a época da União Ibérica (1580-1640).

Com efeito, passada a Idade de Ouro dos descobrimentos, iniciada pela “íclita geração”, de sangue inglês, por assim dizer, o período de hegemonia dos Habsburgos representa uma interrupção da aliança com a Inglaterra, dada a nova configuração de poderes na Europa, bem como o

despontar de novos impérios, como o da Holanda. Como consequência, a mitificação da Inglaterra vai ganhar novo aspecto quando a aliança é renovada, pois, com a restauração da autonomia do reino português e a legitimidade da monarquia portuguesa – representada pela Casa de Bragança –, o reino português volta a depender de uma aliança com os ingleses, dessa vez firmada com explícitas vantagens comerciais e econômicas para a Inglaterra, especialmente depois do Tratado de Paz e Aliança imposto por Oliver Cromwell (1599-1658), o “Protetor da Inglaterra”, em 1654. Nem mesmo o abrandamento das relações entre os dois reinos, com a volta dos Stuarts ao trono inglês, sacramentando-se com mais um enlace matrimonial, dessa vez entre Carlos II (1630-1685) e Catarina de Bragança (1638-1705), foi capaz de arrefecer o caráter exploratório das relações político-econômicas entre os dois reinos, tanto pelas cessões coloniais e financeiras do reino português quanto pelos tratados que se seguiram, como o controvertido Tratado de Methuen, de 1703.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luís Machado. “Idade Média”. In: FRANCO, José Eduardo; CALAFATE, Pedro (coord.). *Séculos de ideias: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, 2012.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BARROS, João de. *Da Asia de Joao de Barros e de Diogo do Couto*. Nova Edição. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1778. Disponível em: <https://purl.pt/7030>. Acesso em 23 out. 2022.
- BURKERT, Walter. *Mito e mitologia*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Edições 70, 1991.
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. 4. ed. Lisboa: Instituto Camões / Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2000.
- CORREIA, Manoel. *Os Lusíadas do grande Luis de Camoens. Princípe da poesia heroica*. Lisboa: Por Pedro Crasbeeck, 1963.
- DUARTE, D. *Leal conselheiro e livro de ensinança de bem cavalgar toda sella*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1843. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/34647/mod_page/content/17/Leal_conselheiro_e_Livro_da_ensinan%C3%A7a_d.pdf. Acesso em: 24 out. 2012.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Trad. Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.

FRANCO, José Eduardo; CALAFATE, Pedro (coord.). *A Europa segundo Portugal: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, 2012.

HUTCHINSON, Amélia P. "Anglo-Portuguese relations and Arthurian revival in Portugal". In: *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 275-288. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>. Acesso em 03 jan. 2018.

HUTCHINSON, Amélia P. "'Os Doze de Inglaterra': um romance sobre as relações anglo-portuguesas na Baixa Idade Média?". In: BULLÓN-FERNÁNDEZ, María (coord.). *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média – séculos XII-XV: intercâmbios culturais, literários e políticos*. Trad. Catarina Fonseca. Lisboa: Europa-América, 2008.

LEAL, Maria José S. L. G. da Silva. "Uma Impressão do Palmeirim de Oliva feita em Évora por Cristovão de Burgos e Atribuída a Francisco del Canto, de Medina del Campo", *Separata da Secção VII das Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol*, Porto, 22-26 de Junho de 1962, p. 1-5.

LIVERMORE, Harold. "Os aliados na balança da Europa". In: *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 11. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>. Acesso em: 02 jan. 2018.

LOPES, Fernão. *Chronica DelRey D. Joam I de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo : primeira parte [-terceira...] ... : oferecida a Magestade DelRey Dom Joam o IV. N. Senhor de miraculosa memoria*. Em Lisboa: a custa de Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. - 3 t. em 3 vol. Disponível em: <https://purl.pt/218>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARIZ, Pedro de. *Dialogo de varia historia em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal...* Lisboa: Na Impressão Régia, 1806, tomo I. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=wqsvngEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 25 out. 2023.

MENEZES, Dom Fernando de. *Vida e Acções d'El Rey Dom João I*. Lisboa: Na Officina de João Galvão, 1677. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=HRhUAAAACAAJ&printsec=front>

- [cover&hl=pt-PT&source=gb_s_g_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#). Acesso em: 25 out. 2021.
- MONMOUTH, Geoffrey of. *The Historia Regum Britanniae*. Translated by Robert Ellis Jones. Genève: Slatkine Reprints, 1977.
- MORAES, Francisco de. *O Palmeirim de Inglaterra*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofonia em Portugal (1386-1986)*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- RILEY, Carlos. "A Inglaterra como espaço de projeção da memória e imaginário linhagístico da família Almada". In: *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 161-171, 1988a. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- RILEY, Carlos Guilherme. *Os doze de Inglaterra: ficção e realidade*. 1988. 391f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade dos Açores, 1988.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed., corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, 2008.
- SILVA, Amélia Maria Polónia da. "D. Filipa de Lencastre: representações de uma rainha", in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 297-313. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- SILVA, Tiago João Queimada e. "Os feitos de D. Fuas Roupinho na *Crónica de 1419*". *Revista Portuguesa de História*, t. XLIII, 2012, p. 79-92.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. *Teatro clássico no século XVI. A Castro de António Ferreira. Fontes-Originalidade*. Coimbra: Almedina, 1996.
- SOEIRO, Emanuel Sueiro. *Anales de Flandes por Emanuel Sueyro señor de Voorde, cauallero del habito de Christo, fidalgo de la real casa de su magestad, y entretenido cerca de la persona de su alteza...* Anvers: Por Pedro y Ivan Belleros, 1624, v. 2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=9oO1pc40Q7YC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gb_s_g_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 05 jan. 2018.

SOUSA, Manuel de Faria y. *Lusiada de Luis de Camões. Príncipe de los poetas de España comentada*. En Madrid: por Iuan Sanchez; a costa de Pedro Coello, mercador de libros, 1639, 4 tomos em 2 vol. Disponível em: <https://purl.pt/23676>. Acesso em: 05 jan. 2020.

TOSCANO, Francisco Soares. *Paralelos de principes, e varões illustres antigos, a que muitos da nossa naçam Portuguesa se assemelharão em suas obras, ditos & feitos...* Évora: Por Manoel Carvalho, 1623. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Paralelos_de_principes_e_var%C3%B5es_illust.html?id=3RZAAAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 25 out. 2023.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Prefácio a Romance de Amadis*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1912, p. 12-41.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de. *Memorial das proezas da Sagrada Távola Redonda*. 2. ed. Lisboa: Typ. do Panorama, 1867. <https://ia800200.us.archive.org/33/items/memorialdasproez00vascuoft/memorialdasproez00vascuoft.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

VICENTE, Gil. *Obras completas de Gil Vicente*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, vol. IV.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de tomada de Ceuta por el Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/crnicadetomada00zura/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 24 out. 2023.

Recebido em 25 de fevereiro de 2023

Aprovado em 18 de novembro de 2023

Licença: 

Luiz Eduardo Oliveira

Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Campinas. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

Contato: luizeduardo.dle@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1610-3835>